

36º Encontro Anual da Anpocs
GT15 - Gênero, deslocamentos, militâncias e democracia

Gênero e Direitos Humanos entre agências financiadoras de Direitos Humanos
no Brasil

ARLENE MARTINEZ RICOLDI

A categoria gênero há tempos vem se impondo na agenda das políticas públicas, das agências financiadoras nacionais e internacionais aos espaços públicos internacionais de debate e deliberação sobre Direitos Humanos. Porém, como aponta Scott (1999), seu entendimento está longe de ser pacífico. Correa (2011) vai na mesma direção, indicando como gênero nos sistemas ONU quase nunca comporta a questão das sexualidades, por exemplo. O presente estudo pretende contribuir para o debate sobre a idéia de Direitos Humanos como uma plataforma “guarda-chuva” de vários direitos, inclusive, direitos das mulheres e questões de gênero e sexualidade.

Este artigo discute resultados de pesquisa de doutorado recentemente desenvolvida (RICOLDI, 2011), sobre educação jurídica popular¹ em João Pessoa-PB. Uma parte dessa pesquisa debruçou-se sobre as concepções de direitos humanos e de gênero de agências financiadoras das organizações não governamentais que foram estudadas, no caso, a Fundação Margarida Maria Alves² e o Centro da Mulher 8 de Março³, ambas sediadas na capital paraibana. Desta análise das missões e objetivos das agências, pudemos encontrar diversos pontos convergentes e divergentes entre as concepções de Direitos Humanos e Gênero, que podem apontar algumas maneiras pelas quais as questões relativas à sexualidade e aos direitos reprodutivos não são incorporadas, ou são de maneira incongruentes com algumas questões discutidas pelos movimentos de mulheres/feministas. Nesse sentido, este trabalho não tem a intenção de esgotar o campo das agências de financiamento presentes no Brasil, mas explorar algumas tendências presentes no conjunto das agências analisadas.

Na primeira parte do artigo, discuto brevemente a abordagem teórica dos frames, que apóia a análise; na segunda, faço uma síntese sobre as missões e valores de agências internacionais financiadoras de Direitos Humanos e sobre as concepções de gênero presentes em cada uma delas; na terceira parte, apresento as concepções de gênero de algumas agências que financiam exclusivamente Gênero, com foco em mulheres. Por fim, teço algumas considerações sobre as diferentes concepções de Gênero encontradas.

¹ São cursos de educação popular voltados para uma formação que expandem uma cultura de Direitos Humanos. Maiores informações em Ricoldi (2011), item 1.4.

² Seu trabalho começou nos anos 1970, quando se chamava Centro de Defesa de Direitos Humanos (CDDH) da Arquidiocese da Paraíba. Foi um dos primeiros (se não o primeiro) centro dessa natureza criado no Brasil. Em 1994, ganhou autonomia da Arquidiocese, e mudou sua natureza jurídica para Fundação. Desde então, um dos seus principais projetos tem sido a educação jurídica popular, por meio do curso Juristas Populares.

³ O Centro da Mulher 8 de Março foi fundado em 1990, ganhando força com os protestos ocorridos em torno de assassinatos de mulheres, ocorridos em meados da década de 1980. Durante alguns anos, realizaram um curso de capacitação legal a mulheres, cursos semelhantes à educação jurídica popular, voltados para mulheres, chamado Promotoras Populares de Cidadania.

Abordagem teórica dos frames: breve descrição

Na análise das agências, utilizei a abordagem dos *frames*⁴ de ação coletiva, que em relação à temática dos movimentos sociais tem sido elaborada e discutida por autores como Snow et al. (1986), Snow e Benford (1992, 2000), Steinberg (1998) e Oliver e Johnston (2000), por exemplo.

Frames são enquadramentos interpretativos formulados tanto por indivíduos como por organizações ou grupos (SNOW ET AL., 1986), que servem para simplificar e condensar o “mundo lá fora”, pontuando e codificando objetos, situações, eventos, experiências e seqüências de ações, em um ambiente passado ou presente (SNOW, BENFORD, 1992, p. 136-137). O conceito, elaborado por Goffman (1974), foi emprestado para, na análise dos movimentos sociais, auxiliar na compreensão do processo de mobilização e ativismo. Os *frames* funcionam como “simplificações”, que servem de orientação aos ativistas, assim como para captar apoio ou simpatia (mobilização). Cada organização constitui um *frame* particular, que “alinhado” e em conjunto com outras organizações e grupos, pode constituir um *frame* de ação coletiva. Assim, podemos falar em um *frame* feminista ou um *frame* ambientalista, por exemplo.

Os processos de elaboração dos frames são extremamente dinâmicos, assim, sua delimitação geralmente é circunscrita no tempo, o que valida o sentido de fotograma ou instantâneo embutido no termo em inglês (v. nota 4).

Quando se ampliam de maneira a alcançar uma ampla gama de organizações em diversos movimentos sociais, ganhando ascendência sobre outros *frames*, constitui-se o chamado *master frame*, ou um *frame* interpretativo global. Nele ocorre um tipo de conversão completa representada por uma mudança de “sentido de fundamento último” [sense of ultimate grounding], que está enraizada em um “deslocamento de um universo de discurso por outro e suas regras e gramática para criar um conjunto”. Um caso exemplar citado é o movimento pacifista: quase todo o domínio da vida, das relações interpessoais aos temas globais, foi reelaborado [reframed] em termos congruentes com o movimento pacifista (SNOW et al., 1986, p. 473). A emergência de um *master frame* possui relação com ciclos de

⁴ Optamos por não traduzir o termo, que em inglês possui uma pluralidade de sentidos, pois pode significar “estrutura, constituição, composição, armação (...), moldura, bastidor, (...) quadro (cinema: imagem contida em um fotograma; televisão. cada imagem completa de televisão, área total limitada pelo vídeo (...)) plano, sistema, organização” (HOUAISS, 1997, p. 310). No entanto, há trabalhos que utilizam o termo “marco” como tradução para *frame* (MASCAREÑO, 2010) e “análise de enquadramento” para *frame analysis*, muito comum em trabalhos na área da Comunicação, conhecido também como *news framing* ou *news making* (PORTO, 2002; BONELLI, 2005).

protesto, sequencias de ação coletiva que se intensificam e se espalham, podendo envolver novas técnicas de protesto e novas formas de organização (TARROW, 1983 *apud* Snow, Benford, 1992, p. 143).

Estamos propondo que a plataforma dos Direitos Humanos seja entendida como um *master frame*, que emerge internacionalmente, em especial, durante as mobilizações em torno das Conferências de Direitos Humanos da ONU durante a década de 1990, na qual se estabeleceu diversos acordos, convenções e tratados que funcionam como parâmetro para a defesa dos Direitos Humanos em nível internacional. No Brasil, podemos distinguir pelo menos dois ciclos de protesto: um primeiro que pode ser associado à defesa de Direitos Humanos durante a ditadura militar; um segundo ciclo associado à re-mobilização de lutas por direitos que emergem no pré (pela sua inclusão) e pós-Constituinte (pela sua regulamentação e efetivação).

Direitos Humanos e agências financiadoras

A análise de missões e valores das agências para delimitar uma perspectiva (ou enquadramento) de tratamento das questões que pretende resolver ou combater. Em especial, são agências voltadas para o combate da pobreza e de seus efeitos, em sua maioria, cristãs ou ecumênicas. Tomamos como exemplo cinco agências financiadoras atuantes no Brasil⁵: Misereor⁶, Cese⁷, Cafod⁸, Cordaid⁹ e Fundação Ford¹⁰.

Essas agências financiadoras relacionam-se com um conjunto de organizações não-governamentais que atuam na defesa de direitos humanos em diversos países, além do Brasil. Compartilham orientações comuns, cujos pontos de alinhamento se concentram no combate à pobreza, de defesa dos direitos dos “pobres” (inclusive com ténue, mas perceptível,

⁵ Como mencionado, o ponto de partida foi a FMMA, isto é, agências que haviam fornecido financiamento a esta organização. Também incluímos agências apoiadoras do MNDH/Movimento Nacional de Direitos Humanos, ao qual a FMMA é filiada.

⁶ A Misereor é agência da Igreja Católica Alemã. Seus fundos têm origem nas doações dos católicos alemães, assim como de outros setores da sociedade alemã, como fundos de orçamentos diocesanos alemães, além de fundos públicos do governo alemão e da União Européia. Seu nome deriva da frase latina “Misereor super turbam” (Estou com pena do povo), atribuída a Jesus Cristo.

⁷ CESE significa “Coordenadoria Ecumênica de Serviço”, e é composta atualmente por cinco igrejas: Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Presbiteriana Independente do Brasil, Presbiteriana Unida do Brasil, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e Igreja Católica Apostólica Romana.

⁸ A Cafod/Catholic Overseas Development Agency é a agência católica oficial da Inglaterra e País de Gales.

⁹ A Cordaid é uma organização católica holandesa que tem mais de 90 anos de atuação. É resultado da fusão, ocorrida em 1999, das organizações católicas Memisa, Mensen in Nood e Bilance. Seus fundos têm origem, em grande parte, de doações da população holandesa.

¹⁰ É uma agência internacional de atuação mundial, com escritório no Brasil desde 1962 (MICELI, 1993; BROOKE, WITOSHYNSKY, 2002).

cristalização da concepção de “pobre”, usado muitas vezes como substantivo e não adjetivo) e incentivo/apoio à organização coletiva, com algumas diferenças de ênfase.

Um exemplo são os princípios da Misereor:

Os próprios pobres são os sujeitos protagonistas das mudanças sociais. É necessário identificar e promover as suas potencialidades.

A promoção da democracia, da participação popular e dos direitos humanos constitui a base fundamental do nosso trabalho.

Os projetos devem, a par da qualidade técnica, trabalhar com uma dimensão política.

Os projetos devem desencadear uma dinâmica própria para a realização de mudanças sociais e políticas.

Cooperação significa uma relação mútua, em pé de igualdade (MISEREOR, 2010a).

Os movimentos sociais, nessa visão, consubstanciam a organização coletiva dos pobres, desfavorecidos, que são seu público-alvo. A concepção de “pobres” se alinha a de “camadas populares”, o que torna consequente a ideia de apoio aos “movimentos populares” ou “organizações populares”, esses últimos constituindo os canais de reivindicação, mobilização e protesto dos primeiros. Há uma superposição entre pobres, povo e alijados do poder, ou seja, os historicamente injustiçados. O “povo” ou os “pobres”, quando detalhados, se desdobram invariavelmente, em alguns grupos, representando as camadas historicamente desfavorecidas. Trata-se da construção do “povo como sujeito”, como afirma Doimo (1995, p. 80-85), em especial pelas vertentes católicas progressistas e outras igrejas cristãs alinhadas com esse ideário:

no âmbito rural: sem-terras, pequenos produtores, agricultores familiares, extrativistas (seringueiros, quebradeiras de coco, pescadores artesanais etc), assalariados agrícolas;

no âmbito urbano: moradores de rua, sem-teto, moradores de periferia, pessoas com deficiência, recicladores, trabalhadores do setor informal, trabalhadores da economia solidária, desempregados;

em relação à etnia: povos indígenas, quilombolas, população negra urbana

em relação à faixa etária: jovens, crianças
(CESE, 2010b, grifos do original)

Se a noção mais tradicional de “pobre” presente na doutrina católica é carregada de um sentido conformista, de “ordem dada” do mundo, essa passa, na perspectiva cristã progressista, a ser vista como injusta; a pobreza injusta é obra dos “ricos e poderosos”, a camada mais rica, portadora de meios políticos e econômicos para subjugar os “pobres”:

Trabalhar com comunidades pobres e desfavorecidas do Sul global para superar a pobreza e atingir desenvolvimento sustentável e bem-estar

- proteger vidas e aliviar o sofrimento durante emergências, e reduzir os riscos para comunidades vulneráveis como um resultado de conflitos e desastres naturais.
- promover consciência e entendimento das causas da pobreza e injustiça para inspirar um comprometimento para uma mudança duradoura
- desafiar aqueles que tem poder a adotar políticas e comportamentos que promovam justiça social e fim da pobreza. (CAFOD, 2010b, p. 7, tradução minha)

Essa visão mais “coletivista” não é uniforme, no entanto, entre as agências analisadas. A Cordaid, por exemplo, demonstra uma crença nas potencialidades individuais, sem deixar de valorizar e apoiar organizações sociais:

Missão

Toda **pessoa** conta. Nossos valores centrais são dignidade humana, a solidariedade que demanda que todos tenham a oportunidade de viver uma vida de dignidade sem discriminação por idade, gênero, orientação, origem, fé ou convicção política, o princípio da subsidiariedade pelo **qual pessoas** podem ser encarregadas de seu próprio desenvolvimento, e a missão de cuidar do mundo e dos recursos da Terra como um bom administrador e passá-los para as gerações seguintes.

Acreditamos na dignidade humana e no respeito pela diversidade. Reconhecemos o poder dos **indivíduos** em **definir alterações positivas em suas próprias vidas**. Nosso objetivo final é possibilitar que pessoas **excluídas ou marginalizadas** se levantem [to stand up] em suas comunidades e em contextos nacionais e internacionais.

Compreendemos o desenvolvimento em sua essência como um processo no qual as relações de poder mudam, tanto no nível micro, entre pessoas e organizações, quanto no interior de estruturas internacionais.

Trabalhamos com organizações sociais como agentes impulsionadores de mudança, organizações que compartilham os valores em que acreditamos, que têm uma base legítima em suas sociedades e que assumem total responsabilidade pela consecução de seus objetivos.

Trabalhamos com organizações sociais para empreender mudanças sociais que contribuam para comunidades justas e fortes e para novos

movimentos sociais no mundo todo.¹¹ (CORDAID, 2009, p. 3, tradução e grifos meus)

No seu relatório anual, utilizou-se “poor” como um adjetivo (“poor population”; “poor communities”), e não um substantivo (“the poor”). Quando utilizado como substantivo, era justamente para colocar ênfase na condição temporal da pobreza: “long-term poor” (CORDAID, 2009, *passim*). Isto é, o combate à pobreza está igualmente contemplado, como nas outras agências, compreendida como “resultado das desigualdades de poder, exclusão e injustiça. Desigualdades de poder podem estar enraizadas em instituições econômicas e políticas, ou igualmente, em valores culturais e tradições” (CORDAID, 2009, p. 6, tradução minha).

A questão é que essa noção de “povo”, por mais que seja, aqui e ali, descrita e esmiuçada, tende muito mais a uma homogeneização em torno de idéias cristalizadas do que atenção a diferenciações internas, por exemplo. As desigualdades de gênero podem ser citadas como uma possível clivagem interna; não é à toa que as questões de gênero tiveram dificuldade de se introduzir, por exemplo, na esquerda brasileira, desde o início da segunda onda, e posteriormente, na reorganização dos partidos, no início dos anos 1980 (PINTO, 2003, p. 45-46).

A única organização de caráter não-religioso nesse estudo, a Fundação Ford destoa do restante das agências, embora o combate à pobreza esteja entre seus objetivos. Segundo Adorno e Cardia (2002), desde a instalação do escritório da Ford no Brasil, sempre houve um programa orientado a Direitos Humanos, recebendo diversas denominações durante o período¹².

Sua atuação foi pontuada por críticas e desconfianças sobre suas intenções e relações com a política externa do governo estadunidense. Estudos como o de Miceli (1993) apontam para relações muito mais complexas do que um simples “braço” não governamental do

¹¹ Every person counts. Our central values are human dignity, the solidarity that demands that everyone have the opportunity to live a life of dignity without discrimination by age, gender, orientation, background, faith or political conviction, the principle of subsidiarity by which people must be charged with their own development, and the mission to care for the world and the earthly resources as a good steward and to pass them on to subsequent generations. We believe in human dignity and respect for diversity. We recognise the power of individuals to set positive change into motion in their own lives. Our ultimate goal is to enable excluded and marginalised people to stand up in their own communities and in national and international contexts.

We understand development in its essence as a process in which power relationships change, both at the micro level, between people and organisations, and within international structures. We work together with social organisations as driven agents of change, organisations that share the values we believe in, that have a legitimate basis in their own societies and which take full responsibility for the achievement of their goals.

¹² Como “Direitos Humanos e Governo” e “Direitos Humanos e Justiça Social”, chegando a “Direitos Humanos” em 1990.

governo estadunidense. Por outro lado, não se pode ignorar que a Fundação Ford possuía visão desenvolvimentista corrente nos anos 1960 e 1970 (em especial, via programas da ONU), e teve também um papel importante na difusão do que se tornou conhecido como o movimento “Direito e Desenvolvimento”. Esse movimento, promovido essencialmente por operadores do Direito, acreditava que um aparelho judiciário eficaz e independente resolveria uma série de problemas que se apresentava nos países em desenvolvimento. Já para Dezalay e Garth (2002), aqueles que promoveram sua agenda acreditavam ingenuamente na transferência da boa técnica do Direito, sem considerar a interação com outras agendas de interesses locais, já que o Direito e seu aparato (faculdades de Direito, cargos públicos) estão indissociavelmente ligados ao núcleo duro do poder. Depois de críticas como esta, surge uma “nova onda” do movimento Direito e Desenvolvimento, que opera especialmente entre os interessados em promover estratégias legais para ajudar os desfavorecidos, isto é, direito de interesse público ou advocacia progressista. Daí suas ações no campo de defesa dos Direitos Humanos se traduzir em apoio à ONGs que tem caráter jurídico ou em intervenções no campo do Direito.

Ao lado dessas concepções, todas as agências analisadas até aqui afirmam considerar as “questões de gênero” em uma posição de elevada importância, o que reflete o êxito dos movimentos feministas em pautar amplamente o debate de Direitos Humanos. Buscaremos analisar linhas adotadas pelas agências até agora apresentadas em relação ao seu posicionamento sobre a questão de gênero em particular. Todas entendem que gênero é baseado em construções sociais e não em diferenças biológicas.

A Misereor disponibiliza em seu site institucional, diversas “Experiências e Serviços” que dão uma amostra do tipo de trabalho que fomenta. Entre eles, o de “Gênero”, que possui vários sub-itens: “Divisão do trabalho de acordo com a perspectiva de gênero”; “Acesso igualitário a recursos”; “Participação equiparada de homens e mulheres”; “Paz e gestão civil de conflitos”; “Violência doméstica e sexual – unicamente um problema das mulheres?”; “Gênero e saúde”. Uma visão geral sobre o enfoque de gênero em relação aos projetos que apóia é apresentada no trecho a seguir:

A perspectiva de gênero permeia todas as áreas de trabalho de MISEREOR. No planejamento e realização de projetos, a análise de gênero ajuda a que desequilíbrios econômicos, políticos e sociais sejam desencobertos e os **recursos** e o **poder** sejam distribuídos de forma mais equilibrada e equitativa. (MISEREOR, 2010b, grifo nosso)

Em diversos outros trechos, o princípio onipresente sobre gênero é o desequilíbrio da distribuição de poder e recursos entre homens e mulheres. Esse desequilíbrio é apresentado do ponto de vista da educação, renda e trabalho:

A maioria dos 1200 milhões de pobres neste mundo são mulheres.

Mulheres trabalham mais do que 50% de todas as horas trabalhadas no mundo.

Porém, só 30% do trabalho feminino auferem remuneração, enquanto esta percentagem para o trabalho masculino se situa nos 75%.

Mulheres ganham acentuadamente menos que homens e ascendem muito mais raramente a cargos elevados.

Mulheres, em especial as jovens, estão mais freqüente (sic) e mais longo [tempo] expostas ao desemprego que homens.

Uma em três mulheres é chefe de família, tendo que assumir sozinha o sustento e, ao mesmo tempo, a educação dos filhos.

A maioria dos analfabetos são mulheres.

Ainda hoje há menos meninas do que meninos no ensino básico.

Em alguns países industrializados já há mais mulheres do que homens nas universidades. Em 2002, as mulheres representavam 50,4% dos estudantes que iniciaram um curso universitário na Alemanha, ao passo que na Tanzânia elas só correspondem a 22% dos estudantes. (MISEREOR, 2010b)

Outros temas abordados diferem um pouco desse conjunto de poder e recursos, como os que tratam da vulnerabilidade física das mulheres (“Paz e gestão de conflitos” e “Saúde e integridade física”). A primeira linha de atuação destaca que as mulheres são a maioria dos refugiados de guerra e que, nesses contextos, é alto o número de estupros. Na segunda, o destaque é para a violência, seja a conjugal, a mutilação genital feminina, ou a violência sexual em geral. A sexualidade aparece, mas é tematizada do ponto de vista da violência.

A tônica é a desigualdade entre os sexos, mas a sua preocupação é com a mulher pobre, em situação vulnerável, o que se alinha com a sua principal preocupação que é a do combate à pobreza e de suporte ao povo pobre. É a essa mulher que estão direcionados seus esforços sobre a “questão de gênero”. O reconhecimento dessa condição passa pelas teorias que evocam a construção social de gênero para compreender as diferenças sociais entre os sexos (e não a naturalização delas):

O que forma a nossa identidade pessoal, como nos relacionamos com outras pessoas, o que é esperado de nós e quais responsabilidades temos que assumir não só depende do nosso sexo biológico mas também das normas de comportamento e das oportunidades de desenvolvimento pessoal que a sociedade estabelece para homens e mulheres. A palavra inglesa “gender” refere-se a estes papéis que se determinam pela forma de organização social,

cultural e econômica. Contrariamente ao sexo biológico, a “identidade de gênero” não é imutável mas pode alterar-se. (MISEREOR, 2010a)¹³

A CESE, que conta com importante apoio da Misereor e de outras agências internacionais religiosas, tem entre seus “princípios éticos”:

- Justiça e práticas democráticas;
- Participação popular na gestão pública;
- Lisura e transparência na gestão de recursos nas esferas governamentais e não governamentais;
- Defesa do desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente sustentável;
- **Equidade nas relações sociais, sem discriminação de raça, etnia, gênero, orientação sexual, credo religioso e opinião política;**
- Respeito à diversidade religiosa e ao diálogo intereclesial e inter-religioso. (CESE, 2010a, grifo nosso)

Além da equidade de gênero, salta aos olhos a defesa da orientação sexual, questão ainda delicada para muitas igrejas, o que talvez seja resultado da relação com diversas orientações religiosas na construção desses princípios¹⁴, o que abriria espaço para tratar de questões que não envolvam somente mulheres. Entretanto, ressalva alguns aspectos eletivos na seleção de seus projetos, indicando a ênfase no público alvo das mulheres:

A CESE apóia projetos em todo o Brasil, mas dá prioridade às propostas das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Além disso, em todas as suas ações a CESE dedica especial atenção para iniciativas que beneficiem mulheres (CESE, 2010b).

Na Cafod, Gênero é uma de suas diversas linhas de ação¹⁵. Sua compreensão do conceito aponta para questões de fundo cultural:

¹³ Esses conteúdos foram retirados do site, que foi reformulado desde então. Essas linhas de ação, assim explicitadas, não constam mais do site, e gênero é pouco mencionado, a não ser nas avaliações de projetos disponibilizadas no site, em inglês.

¹⁴ Assim como ocorreu com a Misereor, o site da CESE também foi reformulado desde então. O novo site, aponta “4 políticas diferenciais”, entre elas Direito à Identidade na Diversidade (DID), na qual “Essa política parte do reconhecimento do direito à organização a partir de identidades coletivas. Nela, a CESE enfatiza aspectos fundamentais da sociedade brasileira, em especial as desigualdades de **gênero, raça e etnia**, que, articulados à péssima distribuição de renda no país, estruturam relações sociais marcadas pela injustiça. Assim, **alguns dos principais interlocutores dessa política referencial são o movimento de mulheres, negro, indígena e de juventude, além de comunidades tradicionais (...)**” (CESE, 2012, grifo nosso). Salta aos olhos, ao mencionar a diversidade, a ausência dos movimentos LGBTTTs.

¹⁵ São elas: Emergência; Mudança Climática; Educação e Escola; Conflito e paz; Agricultura e alimentação; Gênero; Saúde e Água; HIV e AIDS; Direitos Humanos; Terra e Moradia; Mineração; Comércio e Comércio Justo; Trabalho e Treinamento (CAFOD, 2010a).

Gênero se refere aos papéis de mulheres e homens (incluindo jovens e crianças) o que varia enormemente entre diferentes culturas e pode levar a uma negação do direito humano básico da igualdade (CAFOD, 2010c, tradução nossa).

Em outro trecho, afirma que a desigualdade de gênero se constitui em “as mulheres serem geralmente mais pobres que os homens e terem menos recursos e direitos, menos acesso ao poder, educação, treinamento e emprego e menos envolvimento em tomada de decisões” (CAFOD, 2010c, tradução nossa). A exploração sexual e o trabalho não remunerado das mulheres no cuidado das famílias também são destacados. No entanto, mais à frente, ressalva que:

Gênero diz respeito aos homens também, na medida em que estereotipá-los restringe sua liberdade para envolver as mulheres e compartilhar com elas poder e influência. Trabalhar pela igualdade de gênero é central em nossa missão (CAFOD, 2010c, tradução nossa).

A Cordaid tem um programa voltado para o combate da violência contra a mulher entre as linhas de atuação que desenvolve. De todas as agências que possuem alguma orientação religiosa, é a que menos faz referências a gênero em sua página na internet, que não possui um conteúdo tão detalhado na sua versão em inglês (o site é originalmente concebido em holandês). Na mesma direção da CESE, também sublinha a não discriminação de “etnicidade, gênero, orientação sexual ou convicção política”. No seu relatório, mostra preocupação com a transversalização de gênero (em inglês, *gender mainstreaming*, v. Bandeira, 2005). Todos os seus programas identificam a desigualdade de gênero como um objetivo¹⁶, porém, seu relatório reconhece que o conhecimento sobre gênero está concentrado no programa “Mulher e Violência”: a Cordaid desenvolveu um “scan” de gênero, que se trata de uma pesquisa entre suas donatárias, na qual essas se qualificam como “sensíveis a gênero”. Dessas, 91% da estavam no programa Mulher e Violência (CORDAID, 2009, p. 15)

O que se pode concluir é que a política de transversalização de gênero opera de maneira importante nas agências de caráter religioso analisadas. Evidentemente, não podemos constatar o que isso significa na prática efetiva das organizações, mas pode-se perceber que deixar de tratar da questão não é mais uma opção para essas organizações, e, portanto, é um requisito a mais a ser preenchido pelas organizações donatárias. Por outro lado, embora a noção de construção social seja bem apreendida, essa se traduz, na prática, em linhas de

¹⁶ Seu portfólio de parceiros incluía 113 organizações de mulheres em 2009, justificando assim seu foco de gênero.

atuação que tematizam a vulnerabilidade, a violência sexual e doméstica e desigualdade econômica.

A Fundação Ford divide seus programas em grandes temáticas, que possuem temas ou questões, com algumas linhas, chamadas “iniciativas”. No tema “Direitos Humanos”, no que concerne mais diretamente a gênero, há uma iniciativa denominada “Protecting Women's Rights”, que, no entanto, não está ativa no escritório brasileiro, mas no escritório de Nova Iorque (central) e no africano. Atualmente, entre as linhas do tema “Direitos Humanos”¹⁷ estão ativas no escritório brasileiro: “Promover a justiça racial e os direitos das minorias” e “Fortalecer os Direitos Humanos pelo Mundo”. O tema de Sexualidade Reprodutiva e Direitos Sexuais e Reprodutivos não está atualmente ativo, o qual constituía uma linha profícua de financiamento em décadas anteriores (SOUZA, 2002). Durante sua vigência, a Fundação Ford teve uma importância crucial na conformação tanto de um campo de estudos feministas e de gênero no Brasil.

A Ford foi uma grande fomentadora da formação do campo científico de pesquisa em pós-graduação no Brasil, apoiando centros de excelência em pesquisa formados pelos intelectuais expurgados das universidades no regime militar (MICELI, 1993). O apoio se dava por generosas dotações de recursos a esses centros de pesquisa e a pesquisadores individualmente. No caso dos estudos feministas e de gênero, financiou um longo concurso de dotações (1978-1998), realizado pela Fundação Carlos Chagas e denominado inicialmente como “Programa de Estudos sobre Mulher, Educação e Trabalho”. Esse passa a ser denominado, em 1991, Programa de Relações de Gênero na Sociedade Brasileira: incentivo e formação em pesquisa sobre mulheres (SORJ, 2004, BRUSCHINI, UNBEHAUM, 2002).

Tal mudança de nome não é fortuita, mas acompanha as transformações que atravessaram a arena feminista, seja na academia, seja na militância. Como afirma Sorj, (2002) a formação dos movimentos feministas brasileiros em meados da década de 1970 se dá em um contexto de luta contra a ditadura e pela democratização, o que ocorre com uma ampla aliança entre vários setores da sociedade. Isso faz com que feministas de classe média, muitas já inseridas na academia, se aproximem de outros grupos sociais atuantes nesse contexto político histórico, tais como moradores das periferias das grandes cidades, classes médias profissionais, donas de casa, empresários etc. A consequência não intencional disso foi a

¹⁷ Os outros temas da área de Direitos Humanos com suas respectivas iniciativas são: Sustainable Development (Expanding Community Rights Over Natural Resources); Educational Opportunity and Scholarship (Advancing Higher Education Access And Success); Freedom of Expression (•Advancing Media Rights And Access).

constituição de um feminismo muito mais sensível às questões das desigualdades sociais do que na América do Norte e na Europa.

Assim, nos primeiros anos dos estudos feministas no Brasil, há uma preocupação constante em se buscar o que “há de comum” entre as mulheres. As metodologias qualitativas, com procedimentos como observação participante e pesquisa-ação são privilegiados. A condição comum entre pesquisadora e pesquisadas supunha assegurar uma melhor compreensão das condições de vida das mulheres. Sorj chega a afirmar que os estudos realizados durante a década de 1980 têm dupla função, de estabelecer uma nova área de pesquisa e “um modelo de representação das mulheres como comunidade de iguais” (2004, p. 131). Assim, as pesquisas da época poderiam ser entendidas como:

...artefatos culturais que colaboram para instituir uma identidade ‘imaginada’ de mulheres. A utilização do termo mulher, no singular, para demarcar as fronteiras do novo campo de estudos, a identificação entre pesquisadora e pesquisada como condição para a produção de uma imagem verossímil do grupo, a pesquisa-ação como instrumento para compartilhar experiências, sentimentos e conhecimentos, presumiam e disseminavam a noção de um destino comum às mulheres (SORJ, 2004, p. 131)

Na virada da década de 1990, avaliações davam conta da ainda baixa institucionalização da área, assim como a carência de um corpo teórico consistente e uma certa guetificação (COSTA, BARROSO, SARTI, 1985). A progressiva introdução da categoria gênero nos estudos feministas e sobre mulheres se reflete não somente no nome do Programa, mas também na sua substância. Com base em avaliações sobre o tom de denúncia e uma baixa cientificidade de muitos trabalhos, passou-se a privilegiar projetos de pesquisa acadêmicos (ainda que não fosse obrigatória a formação superior para a propositura de projetos). Houve um declínio da pesquisa-ação e uma elevação das metodologias quantitativas e “de coletas de dados macrossociais” (uma das diretrizes do edital do programa em 1998). Essa reorientação também guarda relações com uma “reconfiguração do movimento feminista em uma nova institucionalidade representada pelas ONGs feministas” (SORJ, 2004, p. 135), caracterizada pela explosão das organizações da sociedade civil na década de 1990, que agora se voltavam para execução de projetos, com alto grau de exigência técnica para formulação de projetos, intervenção e elaboração de políticas públicas (ALVAREZ, 2000).

A introdução do termo gênero, portanto, reflete um aprofundamento teórico no campo acadêmico, como também um apuro técnico no âmbito político-social do feminismo. Desse ponto de vista, é importante apontar que o campo feminista brasileiro se dá sob o signo da

sororidade¹⁸. Porém, se gênero, por um lado, vai ajudar a introduzir clivagens no interior da categoria “mulher” e abrir espaço para estudos sobre homens, masculinidades, sexualidades e outras questões, por outro, estabelece-se, na esfera política, como um termo que irá resumir, em si, o acúmulo de discussões de uma agenda política feminista, com a vantagem de estabelecer alianças estratégicas em agendas como a diversidade sexual e racial.

A Fundação Ford teve um papel extremamente importante na constituição do campo de estudos de gênero no Brasil e, conseqüentemente, da disseminação da categoria. Por outro lado, de acordo com suas linhas de ação, combater a pobreza e fortalecer as minorias parecem ser coisas que podem estar separadas da defesa da igualdade de gênero. É claro que, em sua missão, lá está “garantir a participação de homens e mulheres de diversas comunidades e de todos os níveis da sociedade” (FORD FOUNDATION, 2010b). Isto é, a concentração de assuntos relativos a gênero ao tema “Sexualidade e Direitos e Saúde Reprodutiva” no Brasil, durante muitos anos, talvez reflita a especialização da questão. Assim como quando os temas se referem a minorias, fica claro que a ênfase está nas questões étnico-raciais, como no tema “Avançar a Justiça Racial e Direitos de Minorias” (FORD FOUNDATION, 2010c). Importante notar, porém, que ao sublinhar “em todos os níveis da sociedade”, isso possa indicar uma abertura para mulheres de todas as camadas sociais, colidindo sutilmente com a ideia de igualdade de gênero entre homens e mulheres pobres.

O frame feminista e as agências financiadoras de Gênero/Mulheres

Estamos denominando “agências financiadoras de Gênero” aquelas especializadas na temática Gênero/Mulheres. Como vimos, muitas agências financiadoras de organizações de Direitos Humanos tem em seu portfólio organizações de mulheres ou especializadas em questões de gênero. Porém, há agências e fundos especializados na questão de gênero, especializadas em questões das mulheres, nos seus diversos matizes.

O critério de seleção foi similar ao do item anterior¹⁹. Porém, foram selecionadas apenas aquelas agências financiadoras que financiam exclusivamente organizações e projetos ligados

¹⁸ Idéia muitas vezes criticada no interior do feminismo, a “sororidade” alia uma rejeição a tudo que era pensado como “organização social masculina” (hierarquia, repartição de tarefas, afirmação individual), a afirmação de uma diferença feminina e a crença na possibilidade de uma convivência harmoniosa e uma solidariedade feminina, com base em uma noção de homogeneidade entre mulheres (MACHADO, 1992). Ver também Fox-Genovese (1992).

¹⁹ De forma semelhante ao item anterior, o ponto de partida foram financiadoras da ong paraibana Centro da Mulher 8 de Março.

a gênero/mulheres. As agências analisadas foram: WDP²⁰-Comitê Alemão, Mama Cash²¹ e Global Fund for Women²²

O WDP, na Alemanha, além das doações individuais, é apoiado por organizações de mulheres e organizações ecumênicas cristãs. Visivelmente ligada ao *frame* religioso progressista, defende a busca da justiça social, apostando na solidariedade entre mulheres para alcançá-la, noção que carrega um certo caráter essencialista sobre a feminilidade, porém, que reforça a importância da organização de base por mulheres e o empoderamento de gênero²³. Seus objetivos sustentam-se no empoderamento das mulheres e no desenvolvimento sustentável e sensível à gênero (WELTGEBETSTAG, 2012).

O fundo internacional Mama Cash considera-se uma organização de direitos das mulheres e parte do movimento de mulheres global. Afirma que, apesar da ampla ratificação da Declaração Universal de Direitos Humanos, em poucas partes do mundo as mulheres podem exercer esses direitos. Essa reivindicação dos movimentos feministas e de mulheres pode ser resumida na frase - “Os direitos das mulheres são direitos humanos” (MAMA CASH, 2011a) - que não deixa de ser a versão simplificada do que foi consolidado na Conferência Mundial de Direitos Humanos, Viena, 1993²⁴ e vem sendo reivindicado em termos de direitos humanos das mulheres pelos movimentos feministas/de mulheres²⁵.

As prioridades do Mama Cash são resumidas na fórmula “Body, Money and Voice” (Corpo, Dinheiro e Voz). Nessa fórmula, *Corpo* significa segurança nos espaços público e privado; autonomia das mulheres sobre seus corpos, sexualidade e reprodução; o direito a escolher livremente seus parceiros; combater práticas como a mutilação genital; o direito de decidir sobre sua identidade de gênero e sua expressão. *Dinheiro* significa: sistemas

²⁰ A denominação abreviada de Women’s World Day of Prayer, organização presente em vários países do mundo, cuja existência já remonta a um século de existência nos EUA e Canadá. São comitês que se organizam e recolhem doações no Dia da Oração (primeira sexta-feira de março) e destinam donativos organizações previamente selecionadas.

²¹ Segundo sua própria informação, é o mais antigo voltado para as questões das mulheres, criado na Holanda em 1983.

²² Fundo sediado nos Estados Unidos cuja missão é “fazer avançar os direitos humanos investindo em organizações lideradas por mulheres em todo o mundo” (GLOBAL FUND FOR WOMEN, 2011). É uma grande organização, senão a maior, em termos de fundos para projetos e organizações voltados para mulheres: desde 1987, calcula ter movimentado cerca de 95 milhões de dólares.

²³ O site do WDP está em alemão. Para compreensão mínima do seu conteúdo, tive auxílio da ferramenta “Google Tradutor”. Porém, dada a barreira da língua, não foi possível uma análise mais circunstanciada da agência.

²⁴ “Os direitos das mulheres e das garotas são parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais. A total e igual participação das mulheres na vida política, civil, econômica, social e cultural nos níveis nacional, regional e internacional, e a erradicação de todas as formas de discriminação com base no sexo são objetivos prioritários da comunidade internacional” (UNITED NATIONS, 1993).

²⁵ No Brasil, o CFÊMEA lançou a campanha “Sem as mulheres, os direitos não são humanos”, que ficou conhecida entre as organizações dos movimentos feministas/de mulheres brasileiros.

econômicos que não explorem as mulheres ou meninas; igual pagamento para igual trabalho e proteção do emprego de acordo com os padrões das leis internacionais trabalhistas; construir lideranças entre mulheres trabalhadoras com menor autonomia, tais como empregadas domésticas e trabalhadoras do sexo; combater o tráfico de mulheres e meninas; ganhar controle sobre suas finanças, propriedade e herança; promover práticas econômicas sustentáveis que não sejam danosas ao meio-ambiente. E, por fim, *Voz* significa: acesso a processos de decisão na família, comunidades, nações e fóruns internacionais; utilizar artes, mídia e cultura popular para transformar atitudes e comportamentos; participação na construção da paz; fortalecer e fomentar os movimentos de Direitos Humanos e de Justiça Social das mulheres. (MAMA CASH, 2011b).

Os temas principais do Global Fund for Women são: Segurança Econômica, Violência contra Mulheres, Educação, Saúde e Liderança, considerados temas especialmente importantes para as mulheres. Também considera com destaque o combate ao militarismo, ao tráfico de mulheres e a promoção de meios de subsistência sustentáveis para os pobres.

O Global Fund For Women apóia uma ampla gama de grupos de mulheres que trabalham para construir a paz e dar fim a violência de gênero, fazer avançar a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos, garantir a justiça econômica e ambiental, expandir a participação cívica e política, aumentar o acesso à educação, e promover filantropia para mudança social. (GLOBAL FUND FOR WOMEN, 2011)

Vimos que essas agências convergem com aquelas financiadoras de Direitos Humanos em relação ao combate emergencial à pobreza, às desigualdades entre homens e mulheres, à geração de renda e proteção ao trabalho, além de advogarem a proteção ao ambiente e à promoção do desenvolvimento sustentável. No que toca a questões de gênero, traduzidas como questões das mulheres, compartilham àquelas ligadas à segurança econômica e violência contra as mulheres (muitas vezes, referidas como “violência baseada no gênero”/gender-based violence).

Por outro lado, as questões que são promovidas pelas agências estão o direito ao próprio corpo e livre exercício da sexualidade, direito a controlar sua reprodução (acesso a meios contraceptivos e direito ao aborto) e acesso a processos decisórios nas esferas pública e privada, ou, em resumo, acesso ao poder²⁶. Esse enfoque pode ter uma ênfase em ações para as camadas mais pobres, mas sua compreensão não está restrita a essas.

²⁶ Algumas agências financiadoras de Direitos Humanos mencionam a questão do acesso ao poder, mas não parece estar ligado especificamente a gênero, mas aos pobres de uma forma geral.

Pode-se dizer que esses fundos e agências internacionais compartilham um *frame* feminista, nos seus diversos matizes, seja ecumênico progressista (WDP), ou liberal/progressista (Mama Cash, Global Fund for Women). De qualquer maneira, seu público-alvo são mulheres e as suas organizações. Do ponto de vista de uma perspectiva de gênero, diferem das agências de Direitos Humanos quando dão ênfase para a desigualdade de poder (e não só de recursos) e ao direito ao corpo, relacionando-o aos direitos sexuais e reprodutivos.

Considerações Finais

A noção de Direitos Humanos tem se expandido e cada vez mais utilizada por organizações no Brasil. Nas últimas décadas, podemos afirmar que a defesa dos Direitos Humanos tornou-se um movimento amplo, consistente e diversificado, com algumas idéias amplamente compartilhadas. Na pista do delineamento de um *master frame* de Direitos Humanos, procedemos à análise das missões e valores de algumas das agências financiadoras internacionais.

São pontos relevantes do que estamos chamando de um *master frame* de Direitos Humanos o apoio e a defesa dos pobres/povo/alijados do poder e o incentivo à sua organização. Essas camadas, também denominadas por vezes, populares, subsumem vários segmentos de movimentos sociais, que são convertidos, nesse *master frame*, em sujeitos de direitos: mulheres, negros, jovens, velhos, crianças, deficientes e por aí vai.

Porém, essa perspectiva de Direitos Humanos acaba por se apropriar de Gênero de uma maneira seletiva, condicionada por uma leitura maior. Aqui, não estou considerando Gênero como uma categoria de análise, mas uma construção político-histórica, de um pensamento e atuação feminista para fundamentar suas reivindicações. A idéia de uma construção social desfavorável às mulheres, ou mesmo, de assimetrias de gênero, tem sido amplamente aceita como injusta e cada vez mais adotada por diversos movimentos não propriamente “de gênero”, sofrendo um processo de “transversalização” (termo também de criação do pensamento feminista). Nesse sentido, embora talvez não se possa afirmar que se trata de um *master frame*, Gênero é uma idéia que possui potencialidades altamente “universalizantes”, no sentido de que, todas as sociedades conhecidas possuem uma organização social de gênero, embora elas se diferenciem na sua forma.

Entre as agências financiadoras de Direitos Humanos, pudemos ver como gênero é uma noção disseminada, estando presente em, rigorosamente, todas as que foram analisadas.

Porém, o tratamento dado à questão revela uma apropriação seletiva da sua agenda política. O *master frame* de Direitos Humanos, quase sempre, focaliza a violência contra mulheres (sexual, física), as vulnerabilidades econômicas (empobrecimento, desigualdade e discriminação no trabalho). Pouca atenção é dada às questões de sexualidade e/ou poder.

As questões de gênero estão mais assentadas sobre um entendimento de equidade (redistribuição de recursos, justiça social). Mesmo que as noções sobre gênero presentes nessas agências discutam a construção social de gênero, ao privilegiar a equidade, não parecem privilegiar ações que queiram transformar a ordem social de gênero, isto é, as atribuições tradicionais de homens e mulheres.

A análise das agências centradas em Gênero mostra, por contraste, essa apropriação seletiva. Adotando Gênero como orientação principal, e as mulheres como principal público-alvo, essas agências também estão preocupadas com questões de equidade e distribuição de recursos. No entanto, essa preocupação faz parte de um amálgama que não dissocia essas questões de outras, como autonomia, direito ao próprio corpo e acesso igualitário ao poder. Assim, no que chamaremos de um *frame* feminista de gênero, a equidade é indissociável da busca da igualdade de direitos e oportunidades. Também é indissociável, portanto, da transformação da ordem social de gênero e das atribuições tradicionais de homens e mulheres. Embora não ignore as questões de sexualidade, o *frame* feminista privilegia as mulheres, deixando as outras elaborações a respeito de gênero a encargo de outros movimentos. Estudos mais específicos devem dar conta dos financiamentos às ONGs dos movimentos LGBTTTs, por exemplo, para melhor compreensão de um *frame* de gênero ligado a questões de sexualidade, que não envolvam somente mulheres. Uma hipótese é o financiamento ligado a áreas como educação (tratando da questão da diversidade) e saúde (combate e prevenção à DST/AIDS), possivelmente os caminhos trilhados para viabilizar o trabalho com o tema da sexualidade.

Nesse sentido, podemos perceber o êxito dos movimentos feministas em pautar um movimento mais amplo por direitos das mulheres, no interior de um *master frame* de Direitos Humanos. Há uma intersecção entre essas agendas (feminista e de Direitos Humanos), convergindo, principalmente, sobre violência contra mulheres e desigualdade econômica. Nesse cenário de operacionalização política de Gênero, a lacuna sobre a questão da sexualidade, portanto, e precisa ser melhor compreendida à luz das disputas em torno de seus significados.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Sérgio. CARDIA, Nancy. Das análises sociais aos Direitos Humanos. In: BROOKE, Nigel. WITOSHYNSKY, Mary (orgs.). Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil. São Paulo, Edusp, 2002, p. 201-240.

ALVAREZ, Sonia. A “globalização” dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, Sonia. DAGNINO, Evelina. ESCOBAR, Arturo (org.). Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos : novas leituras. Belo Horizonte, UFMG, 2000.

BANDEIRA, Lourdes. Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas. Brasília, SPM : CEPAL, 2005.

BONELLI, Maria da Glória. Ideologias do profissionalismo em disputa na magistratura paulista. Sociologias, Porto Alegre, ano 7, n. 13, p. 110-135, jan./jun 2005.

BROOKE, Nigel. WITOSHYNSKY, Mary (orgs.). Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil. São Paulo, Edusp, 2002.

BRUSCHINI, Cristina. UNBEHAUM, Sandra. Os programas de pesquisa da Fundação Carlos Chagas e sua contribuição para os estudos de gênero no Brasil. In: BRUSCHINI, Cristina. UNBEHAUM, Sandra (orgs.). *Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira*. São Paulo, Editora 34 : FCC, 2002, p. 17-58.

CAFOD. Just one world - Our vision for change, our agenda for action. Disponível em <http://www.cafod.org.uk/content/download/116032/1273416/version/2/file/JustOneWorld.pdf>, 2010. Acesso em 10 julho 2012.

CAFOD. What we do. Disponível em <http://www.cafod.org.uk/about-us/what-we-do>. Acesso em 29 nov. 2010a.

CAFOD. About us. Disponível em <http://www.cafod.org.uk/about-us>. Acesso em 01 dez. 2010b.

CAFOD. Gender. Disponível em <http://www.cafod.org.uk/about-us/what-we-do/gender> . Acesso em 29 nov. 2010c.

CESE. Missão e Princípios. Disponível em <http://www.cese.org.br/index.php?prefixo=parametro&menu=missao>. Acesso em 23 nov. 2010a.

CESE. Sobre a CESE. Disponível em <http://www.cese.org.br/index.php?prefixo=parametro&menu=sobre#ecumenismo>. Acesso em 25 nov. 2010d.

CESE. Sobre a CESE – O que orienta nosso trabalho? Disponível em <http://www.cese.org.br/site/conheca-a-cese/sobre-a-cese/#>. Acesso em 10 julho 2012.

CORDAID. Cordaid Annual Report 2009. Disponível em <http://www.cordaid.nl/nl/Annual-report.html>. Acesso em 23 nov. 2010.

CORREA, Sonia. Conceito de gênero: teorias, legitimação e usos. In. BARSTED, Leila. PITANGUY, Jacqueline (orgs). O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010. Rio de Janeiro : Cepia; Brasília : ONU Mulheres, 2011.

COSTA, Albertina. BARROSO, Carmen. SARTI, Cynthia. Pesquisa sobre mulher no Brasil : do limbo ao gueto ? Cadernos de Pesquisa, n. 54, p. 5-15, ago.-1985.

DEZALAY, Yves. GARTH, Bryant. The internationalization of palace wars: lawyers, economists, and the contest to transform Latin American states. Chicago, Chicago Press University, 2002.

DOIMO, Ana Maria. A vez e a voz do popular : movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro, Relume-Dumará : Anpocs, 1995.

FORD FOUNDATION. Mission. Disponível em <http://www.fordfoundation.org/about-us/mission>. Acesso em 23 nov. 2010b.

FORD FOUNDATION. Advancing Racial Justice And Minority Rights. Disponível em <http://www.fordfoundation.org/issues/human-rights/advancing-racial-justice-and-minority-rights>. Acesso em 23 nov. 2010c.

FOX-GENOVESE, Elisabeth. Para além da irmandade. Revista Estudos Feministas, n. 0, p. 31-56.1992.

GLOBAL FUND FOR WOMEN. Our mission. Disponível em www.globalfundforwomen.org/who-we-are/our-mission. Acesso em 01 janeiro 2011.

GOFFMAN, Erving. *Frame analysis* : an essay on the organization of experience. London : Penguin Books, 1974.

HOUAISS. Antonio. Dicionário Webster's Inglês-Português. 9.ed. Rio de Janeiro, Record, 1997.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismo, academia e interdisciplinaridade. In.COSTA, Albertina. BRUSCHINI, Cristina. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos : Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 24-38.

MAMA CASH. Women's rights. Disponível em www.mamacash.org/page.php?id=800. Acesso em 11 janeiro 2011a.

MAMA CASH. Women's rights. Disponível em www.mamacash.org/page.php?id=2000. Acesso em 11 janeiro 2011b.

MASCAREÑO, Raquel. Los marcos de acción colectiva compartidos que legitiman las luchas contra la precariedad laboral de una red de activismo autónoma. *Athenea Digital*, n. 18, p. 143-156, jul-2010.

MICELI, Sergio. A aposta numa comunidade científica emergente : a Fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil - 1962-1992. In: *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo, Sumaré : FAPESP, 1993, p. 33-97.

MISEREOR. América Latina. Disponível em <http://www.misereor.org/pt/regional/america-latina.html>. Acesso em 23. nov. 2010a.

MISEREOR. Gênero. Disponível em <http://www.misereor.org/pt/experiencias-e-servicos/genero.html>. Acesso em 26 nov. 2010b

OLIVER, Pamela. JOHNSTON, Hank. What a good idea! Ideologies and Frames in Social Movement Research. *Mobilization : an International Journal*, v. 4, n.1, p. 37-54, 2000.

PINTO, Celi Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2003(Coleção História do Povo Brasileiro).

PORTO, Mauro Pereira. Enquadramentos de mídia e política. Texto apresentado no XXVI Encontro Anual da ANPOCS, 2002, Caxambu.

OLIVER, Pamela. JOHNSTON, Hank. What a good idea! Ideologies and Frames in Social Movement Research. *Mobilization : an International Journal*, v. 4, n.1, p. 37-54, 2000.

RICOLDI, Arlene M. Paraíba Mulher Macho: Gênero, Cultura e Política na Educação Jurídica Popular em João Pessoa-PB. Tese de Doutorado (Sociologia). São Paulo, FFLCH-USP, 2011.

SCOTT, Joan. Preface to revised edition. In. SCOTT, Joan. *Gender and the Politics of History*. New York, Columbia University Press, 1999, p. ix-xiv.

SNOW, David A. ROCHFORD, E. Burke. WORDEN, Steven K. BENFORD, Robert D. Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation. *American Sociological Review*, v. 51, n.4, aug.-1986, p. 464-481.

SNOW, David. BENFORD, Robert. *Master frames and cycles of protest*. In. MORRIS, Aldon. MUELLER, Carol (eds). *Frontiers in social movement theory*. New Haven London, Yale University, 1992, p. 133-155.

SNOW, David. BENFORD, Robert. Framing processes and social movements: an overview and assessment. *Annual Review of Sociology*, n. 26, p. 611-639, 2000.

SORJ, Bila. O feminismo e os dilemas da sociedade brasileira. In. BRUSCHINI, Cristina. UNBEHAUM, Sandra (orgs). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo, Editora 34 : Fundação Carlos Chagas, 2002, p. 97-107

SORJ, Bila. Estudos de Gênero : a construção de novo campo de pesquisas no país. In: COSTA, Albertina de O.. MARTINS, Ângela M. FRANCO, Maria Laura P.B. *Uma história para contar : a pesquisa na Fundação Carlos Chagas*. São Paulo, Annablume, 2004, p. 117-140.

SOUZA, Cecília de Mello e. Dos Estudos Populacionais à Saúde Reprodutiva. In: BROOKE, Nigel. WITOSHYNSKY, Mary (orgs.). Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil. São Paulo, Edusp, 2002, p. 131-164.

STEINBERG, Marc. Tilting the frame: Considerations on collective action framing from a discursive turn. *Theory and Society*, n. 27, p. 845-872, 1998.

UNITED NATIONS. Excerpts from the Vienna Declaration and Programme of Action, 1: adopted at the World Conference on Human Rights, held at Vienna from 14 to 25 June 1993. Disponível em: < <http://www.un.org/documents/ecosoc/cn6/1995/ecn61995-5add7.htm> >. Acesso em: 7 nov. 2005.

WELTGEBETSTAG. Über uns. Disponível em <http://www.weltgebetstag.de/index.php/de/ueber-den-weltgebetstag>. Acesso em 10 julho 2012.